

Os Officiaes do Santíssimo do Ouro Preto por seus testamentos e inventários

The Blessed Officials of the Ouro Preto by testament and inventories

Monalisa Pavonne Oliveira*

Resumo

A Irmandade do Santíssimo Sacramento do Ouro Preto foi fundada em 1712, e agregava, em certa medida, homens que pudessem pagar altas taxas no ato da filiação e anualmente. Nessa perspectiva, analisaremos a documentação legada pelos irmãos da mesa gestora da instituição, sendo eles os Oficiais da Mesa e os Zeladores da Bacia, estes responsáveis pelo peditório nas localidades em que viviam. Pretendemos, assim, conhecer um pouco do corpo diretivo da irmandade, que confunde-se, por sua vez, com a elite vilariquenha.

Palavras-chave

Irmandade do Santíssimo Sacramento. Vila Rica. Elite.

Abstract

The Brotherhood of the Blessed Sacrament of the Ouro Preto was founded in 1712, and aggregated, in certain way, men who could afford high rates at the time of membership and annually. In this perspective, we will analyze the documentation left by them members brothers of the managing table of the institution. They were the Officials of the table and the caretaker of the basin that were responsible for the holy mendicity in the localities in which they lived. We intend, therefore, to know a little of the directors from the brotherhood, that is confused with the local elite from Villa Rica.

Keywords

Brotherhood of the Most Holy Sacrament. Villa Rica. Elite.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF – Juiz de Fora/MG). Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP – Ouro Preto/MG), com a dissertação “Devoção e Poder: a Irmandade do Santíssimo Sacramento do Ouro Preto (Vila Rica, 1732 – 1800)”.

Introdução

A Irmandade do Santíssimo Sacramento era uma associação religiosa de leigos que agregava homens, em tese, brancos que pudessem pagar as taxas de entrada e as anuais. A Irmandade do Santíssimo era responsável pela devoção da Eucaristia, a ereção das igrejas matrizes e a procissão de Corpus Christi; além de todas as funções confrariais comuns a instituições do gênero, como: ajuda mútua, celebração de missas, dentre outras.

Neste presente trabalho, trataremos do perfil social dos irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, a partir de seus testamentos e inventários *post-mortem*. A partir dessa documentação podemos verificar a presença dos mesmos indivíduos da Irmandade do Santíssimo em diferentes instituições, tanto religiosas como políticas, como a Câmara de Vila Rica. Foram arrolados trezentos nomes extraídos do livro de “Eleições e Termos de Ajustes”¹ da Irmandade, posteriormente tivemos acesso a dezesseis documentos, entre inventários e testamentos referentes a esses nomes. Essa documentação mostrou-se um meio frutífero para a compreensão da sociedade mineira colonial e para perceber como as redes podiam estender-se em diferentes instituições vila-riquenhas. Em alguns momentos podemos observar, também, relações mais estreitas entre os membros da própria irmandade, pois, além da relação dos bens dos defuntos, os inventários e testamentos continham outras informações, como aquelas atinentes a relações parentesco e até creditícias.

Os irmãos da mesa do Santíssimo

Os oficiais, os zeladores da bacia e os irmãos da mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento eram eleitos anualmente, a importância do cargo assumido era diretamente proporcional à contribuição dada quando da ocupação de determinado posto. Desse modo, para compreendermos e conhecermos melhor o perfil dos homens que assumiram a direção da Irmandade do Santíssimo lançamos mão de seus inventários e testamentos, e analisamos pormenorizadamente cada item mencionado nessa documentação. Os cargos mais importantes eram os de Oficiais da mesa: Provedor, Escrivão, Procurador e Tesoureiro.

¹ “Eleições e Termos de Ajustes do Santíssimo Sacramento (1718-1921)”. Documento disponível no Arquivo da Casa dos Contos em Ouro Preto/MG, microfilme, rolo 010, volume 201.

A partir da análise dos inventários e testamentos podemos conhecer diferentes aspectos da vida colonial setecentista vila-riquenha, como a procedência dos membros da associação, parentesco, suas redes de amizade e creditícias, os bens, etc. Percebemos, também, que além da participação na irmandade do Santíssimo, era bastante comum a participação em outras associações religiosas. Para ilustrar temos o caso de Antonio Ramos dos Reis² – “natural da Freguesia de Santa Maria de Entrega da Campanha Termo ou Comarca da cidade do Porto” –, que foi provedor³ da Irmandade do Santíssimo Sacramento, irmão da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo e, por fim, camarista por quatro vezes. Reis teve como testamenteiro Joze Vellozo Carmo, que foi zelador da bacia e também camarista por seis vezes.

Outro exemplo é o caso do capitão Manoel Rodrigues de Almeida⁴, camarista por cinco vezes, morador no “Morro de Sam Sebastiam”, que foi zelador da bacia do S.S. no Ouro Podre, em 1759, e associado da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar. Teve como testamenteira sua filha, dona Josefa Maria de Almeida, casada com Francisco Dias Novais, que, por sua vez, foi também zelador da bacia no Morro do Ramos e camarista por três vezes. Francisco Dias Novais cuidou dos bens inventariados do sogro após sua morte.

Fruuozo Vaz de Serqueira, provedor⁵ da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1768 e 1769, e irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e da Irmandade de São Miguel e Almas, era natural da Freguesia de Santa Eulália de Redemoinho da Vila dos Arcos de Valdevez, Comarca de Viana, Arcebispado de Braga. Teve como testamenteiro o sargento-mor Manoel Pereira Alvim, provedor do S.S. em 1787. Fruuozo, assim como muitos irmãos, declarou-se solteiro e sem filhos; portanto, instituiu como sua única e universal herdeira sua própria alma.

Antonio Rodrigues Braga⁶, natural e batizado na Freguesia de Tebra, Termo de Barcelos, Arcebispado de Braga, era comerciante e “morador na Rua do Alto das Cabeças”. Seu inventário, no item “Trastes

² Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 460 auto 9753. Vila Rica, 1761.

³ Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Documento disponível em microfilme no Arquivo da Casa dos Contos em Ouro Preto/MG. Eleições e Termos de Ajustes do Santíssimo Sacramento (1718-1921). Rolo 010.

⁴ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 45 Auto 499; 2º Ofício. Vila Rica, 1795.

⁵ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 47 Auto 567; 1º Ofício. Vila Rica 1781.

⁶ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 60 Auto 678; 2º Ofício. Vila Rica, 1799

da venda”, enumera bens como balança, instrumentos de medir, dentre outros. Braga, na Irmandade do Santíssimo, foi zelador da bacia do Caquende em 1769, tesoureiro em 1773 e escrivão em 1792⁷. Antonio R. Braga foi também irmão da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo, das Irmandades das Almas, de Nossa Senhora do Rosário, de Santo Antonio, de Nossa Senhora do Pillar e de Senhor Bom Jesus dos Passos.

O oficial da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento Antonio Rodrigues Braga declarou em seu testamento ter como herdeiro um único filho: “Thomaz Rodrigues Braga de qualidade pardo por ser filho de huma minha escrava por nome Anna de nasção Benguella”. Ao falecer, seu filho era menor de 14 anos; por isso, ficou como tutor do menor o testamenteiro Bonifácio José Teixeira, que fora procurador do Santíssimo em 1795⁸.

O reinol Francisco Carvalho Carneiro⁹, solteiro e natural da “Freguezia de São Miguel do Couto, Comarca de Mafra Bispado do Porto”, foi zelador da bacia no Ouro Podre¹⁰ e membro da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e da Irmandade de Bom Jesus dos Passos. Assim como seu conterrâneo Antonio Rodrigues Braga, Carneiro declara que “teve hua minha escrava por nome Maria nação Mina dous Pardos meus filhos por nome hum Andre e outro Domingos, os coaes instituo por meus únicos e universais herdeiros”¹¹. Os dois oficiais declararam-se solteiros; entretanto, tiveram filhos com escravas. Eram comuns as uniões estáveis entre senhores brancos e suas escravas, embora eles não se casassem em decorrência dos entraves impostos pelas diferenças sociais; em alguns casos, contudo, os senhores reconheciam seus filhos pardos.

Nesse sentido, a partir dos exemplos aqui citados, uma constante na documentação foi a constatação de que boa parte dos oficiais da Mesa eram reinóis, o que se deve à intensa migração promovida pela extração

⁷ Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Documento disponível em microfilme no Arquivo da Casa dos Contos em Ouro Preto/MG. Eleições e Termos de Ajustes do Santíssimo Sacramento (1718-1921). Rolo 010.

⁸ Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Documento disponível em microfilme no Arquivo da Casa dos Contos em Ouro Preto/MG. Eleições e Termos de Ajustes do Santíssimo Sacramento (1718-1921). Rolo 010.

⁹ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 41 Auto 1772; 1º Ofício. Vila Rica, 1772.

¹⁰ Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Documento disponível em microfilme no Arquivo da Casa dos Contos em Ouro Preto/MG. Eleições e Termos de Ajustes do Santíssimo Sacramento (1718-1921). Rolo 010.

¹¹ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 141 Auto 1777; 1º Ofício. Vila Rica, 1777, p. 25 verso.

aurífera. A forte presença de reinóis em Minas foi verificada por diversos historiadores para diferentes regiões da Capitania – principalmente os reinóis provenientes do norte de Portugal.

A Capitania mineira como um todo havia atraído muitos reinóis do norte de Portugal. Carla Almeida, a partir dos inventários *post-mortem* das quatro comarcas da Capitania (Rio das Mortes, Rio das Velhas, Serro Frio e Vila Rica), no período compreendido entre 1750 e 1779, concluiu que, até 1779, 75,6% dos inventariados eram de origem portuguesa ou, em muito menor escala, das ilhas atlânticas; 14,6% eram originários de outras partes da colônia; somente 4,9% eram homens nascidos na capitania, e 4,9% eram africanos¹².

Esses reinóis em terras mineiras associavam-se às agremiações religiosas de leigos, tanto das que refletissem sua posição social na sociedade, assim como nas de escravos e pardos. Esta era uma prática muito recorrente. As menções às diferentes irmandades estão presentes, nos testamentos, expressos pelo desejo de que determinadas instituições celebrassem missas após a morte ou até mesmo quando alguns irmãos deixavam esmolas para as associações de preferência; e, nos inventários, por meio do recibo de celebração de missas ou até mesmo pelo pagamento de taxas em atraso.

Temos aqui o exemplo do Procurador da Irmandade do Santíssimo em 1772 e zelador da bacia do Caquende em 1763 e 1766, Domingos Antonio Gonçalves,¹³ “natural da freguesia de Sam Martinho de Lagares Comarca de Pena Fiel Bispado do Porto”; em Vila Rica, foi “morador de frente da capella de Rozario dos pretos”. Assim como boa parte dos outros oficiais da Mesa, declarou-se solteiro e sem filhos. Além de irmão do Santíssimo de Ouro Preto, era também filiado na Ordem Terceira de São Francisco de Assis, da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da matriz onde nasceu, em Portugal, da Irmandade do Senhor dos Passos e da de Nossa Senhora da Lapa.

O capitão João Pinto de Souza¹⁴, camarista nos anos de 1773 e 1778, foi também escrivão do S.S. em 1776 e provedor em 1800. Seguindo a mesma linha de muitos confrariados, deixou registrado

¹² ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial (1750-1822)*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001, p. 209.

¹³ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 35 Auto 429; 1º Ofício. Vila Rica, 1793.

¹⁴ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 319 Auto 6794; 1º Ofício. Vila Rica, 1804.

em seu testamento ser solteiro e não ter filhos, e que era membro da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar, do Senhor dos Passos, de Santo Antonio, das Almas, e das Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco.

Bento Rodrigues da Rocha¹⁵ era nascido no Reino, natural da Freguesia de Santa Eulália de Redemoinhos, Termo da Vila dos Arcos Valdevez, Arcebispado de Braga e Comarca de Valença. “Morador no Rozario”, deixou registrado em seu testamento que não tinha filhos e instituiu seu irmão como herdeiro; ao que tudo indica, era solteiro. Rocha, na Irmandade do Santíssimo, foi zelador da bacia do Caquende nos anos de 1761 e 1762; foi também irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e das Irmandades de Nossa Senhora do Pilar e Santo Antonio. O irmão e herdeiro de Bento Rodrigues da Rocha era Antonio Rodrigues da Rocha, tesoureiro do S.S. em 1759. Este é mais um caso em que podemos perceber a estreita ligação entre os irmãos do Santíssimo Sacramento. Caso parecido com o do João Pereira Pinto, provedor do Santíssimo em 1756; seu filho e único herdeiro, José Carneiro Miranda, foi, como o pai, oficial da Mesa, exercendo o cargo de escrivão em 1752.

Os oficiais da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento eram até onde pudemos apurar, em sua maioria, reinóis, solteiros e sem filhos. Estes homens eram filiados a outras associações religiosas de leigos, tanto das que tinham quadro de membros e pré-requisitos de ingresso parecidos, quanto das que reconhecidamente reuniam negros e pardos, como a Irmandade do Rosário dos Pretos ou das Mercês. Nesse sentido, as redes de amizade e influência ampliavam-se quanto maior fosse o raio de atuação desses homens. Como pode ser observado, os oficiais da Mesa do S.S. tinham livre trânsito nas associações reconhecidamente de elite, com suas exigências financeiras e sociais, bem como nas dos setores econômicos e sociais mais baixos de Vila Rica.

Além da participação em diferentes associações religiosas de leigos, verificamos que alguns irmãos do Santíssimo compuseram os quadros da Câmara de Vila Rica. A correspondência entre a Câmara e o Santíssimo pode ser observada a partir dos nomes dos membros da Irmandade arrolados entre os anos de 1732 e 1800, contabilizamos 300 irmãos dentre oficiais da Mesa e zeladores da bacia. Desse universo, 40 irmãos, aproximadamente 13%¹⁶, fizeram parte da Câmara Municipal de Vila Rica. Não obstante o número pareça reduzido, esses homens

¹⁵ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 9 Auto 969; 2º Ofício. Vila Rica, ano 1771.

¹⁶ OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. *Devoção e Poder: A Irmandade do Santíssimo Sacramento do Ouro Preto (Vila Rica 1732-1800)* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010, p 84.

exerceram diversos cargos ao longo dos anos. Destacam-se o capitão-mor Antônio Ramos dos Reis, que foi camarista quatro vezes; o capitão Francisco Dias Novaes, também quatro vezes; o doutor José Dias Rosa Maciel, nove vezes; e José Veloso Carmo, seis vezes.

Dessa forma, a participação nas Câmaras, apesar de implicar dispêndio quando do exercício do cargo, tinha como recompensa a inserção em redes de influência, tanto no âmbito político como no econômico. Na procissão de *Corpus Christi*, realizada pela Câmara juntamente com a Irmandade do Santíssimo Sacramento, os camaristas tinham lugar de destaque, visto que tais celebrações demonstravam a importância social do indivíduo a partir do espaço físico ocupado por ele durante o evento. As redes de influência e amizade iam, contudo, mais além daquelas estabelecidas dentro da irmandade e das Câmaras, extrapolando os limites da Capitania mineira e atingindo diferentes pontos da Colônia.

A Irmandade contava também, em seus quadros, com a presença de um secretário de governo, o Provedor do Santíssimo em 1796, Pedro de Araújo Azevedo foi nomeado secretário de governo da Capitania de Minas Gerais em outubro de 1790¹⁷.

Alguns dos pré-requisitos para o exercício do posto de secretário de governo eram semelhantes aos exigidos para o ingresso na Irmandade do Santíssimo e para a atuação como camarista. Josemar Henrique de Melo esclarece que os secretários de governo deveriam possuir boa letra, “serem homens de segredo” e “limpos de sangue”; o cargo, em geral, era assumido por meio da compra¹⁸. A aquisição se dava por meio da abertura de editais: grosso modo, esses cargos eram “leiloados”. O secretário de governo deveria exercer o cargo por um período de três anos, que quase sempre era ultrapassado pela demora na nomeação do sucessor. Desse modo, alguns secretários trabalhavam durante os mandatos de dois ou mais governadores. Isso, segundo Melo, acontecia também em decorrência do “tempo administrativo”, caracterizado pela lentidão que separava os dois polos do Império português¹⁹.

Assim, as fontes analisadas, ao permitirem que se percebam as relações estabelecidas entre a Irmandade e diferentes níveis da administração colonial, como as Câmaras e as Secretarias de Governo,

¹⁷ MELO, Josemar Henrique de. *A ideia de arquivo: a Secretaria de Governo da Capitania de Pernambuco (1687-1809)*. Dissertação de Doutorado em Ciências Documentais apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientadora: Prof^a Dr^a Fernando Ribeiro. Porto, 2006, p. 175.

¹⁸ *Ibidem*, p. 156 e 157

¹⁹ *Ibidem*, p. 158.

chamam a atenção para certas dimensões políticas das associações religiosas. É possível, ademais, depreender outros aspectos da vida dos irmãos do Santíssimo e da sociedade mineira do século XVIII. Nas fontes examinadas, encontramos informações que, a nosso ver, possibilitam conhecer um pouco dos quadros mentais do período, como o medo da morte e, por conseguinte, a preocupação com o resgate das almas do Purgatório. A participação na Irmandade do Santíssimo, como era comum no período, tinha como finalidade a busca de segurança com relação aos cumprimentos dos deveres espirituais. Como se trata de uma instituição religiosa, não podemos negligenciar os assuntos concernentes à fé e pensar a irmandade somente como uma instância nas redes de influência.

O medo do que poderia vir após a morte criava grande expectativa, principalmente no que se refere ao sofrimento da alma no Purgatório ou no Inferno. Acreditava-se que a alma passava pelo Purgatório, lugar de sua purificação, para depois atingir o lugar da felicidade eterna. As almas do Purgatório estavam em sofrimento e bradavam por ajuda; e podiam ser resgatadas através da intercessão dos vivos²⁰. Nesse sentido, há informação nos testamentos de missas deixadas pelas almas dos indigentes, talvez na tentativa de fazer uma boa ação em prol da salvação de outras almas, o que, por sua vez, poderia contar como ponto a favor na salvação da própria alma do testador.

Acreditava-se que os mortos precisavam da solidariedade dos vivos e era este o sentido da instituição de missas, da celebração de responsos em cima das sepulturas, da comemoração do dia dos Fieis de Deus, das orações diárias ao toque das Ave-Marias e de tantas outras invocações feitas em seu favor²¹. Nessa perspectiva, os inventários e testamentos nos fornecem diversas maneiras de perceber o ambiente cultural e material em que as pessoas viviam. Uma das ferramentas para analisar e compreender parte dos quadros mentais é o número de missas pedidas em testamentos. Esse tipo de pedido pode indicar, além da possível fé na religião católica, as posses do indivíduo, pois as missas eram pagas.

Frutuozo Vaz de Serqueira, natural do norte de Portugal, que deixa por herdeira sua própria alma, registrou em seu testamento o desejo de que se rezassem missas pela sua alma:

Declaro que deixo que se me digam sete mil e quinhentas missas a saber duas mil pella minha alma e duas mil pellas almas de meus pais e mil pellas almas de todos os meus parentes e mil pella alma do defunto meu Irmam Joam de Siqueira a sim pellas almas dos escravos que me tiverem morrido e

²⁰ ARAÚJO, Marta Maria Lobo de. *A confraria do Santíssimo Sacramento de Pico de Regalados (1731-1780)*. Coimbra: ATAHCA, 2001 p. 86.

²¹ *Ibidem*, p. 87.

*mil pellas almas do Purgatorio e duzentas pertençam de todas aquellas pessoas com quem tanto tido constão que por algum indigente o que ignoro nellas fosem prejudicadas, e duzentas ao senhor Sam Jose offerecidas ao Padre Eterno a [...] três oras em que Nosso Senhor Jesus Christo esteve agonizando no sagrado tenho da Cruz em sufrágio das almas do fogo do Purgatorio*²².

Nesse trecho do testamento de Serqueira, é possível perceber algo da neutralidade dos aspectos do imaginário do período, como o medo da morte e de que a alma penasse no purgatório ou fosse para o inferno. Nesse sentido, o imenso número de missas pedidas em testamento acontecia por se acreditar que a intercessão dos vivos contribuiria para a salvação da alma. Dessa forma, os vivos cuidavam dos sufrágios dos defuntos para que, quando chegasse sua morte, lhes fizessem o mesmo. Assim, um dos motivos mais importantes para o ingresso numa associação religiosa de leigos era, no que concerne à fé, a preocupação com a morte e a salvação da alma. Antonio Ramos dos Reis, por seu turno, também pede um número considerável de missas em testamento, embora não tão grande como o de Frutuozo. Reis pede que sejam rezadas 1.500 missas em Vila Rica e no Rio de Janeiro, 400 pela alma de sua mulher²³.

Um dos indícios de que os pedidos de missas celebradas pelas almas eram, pelo menos em parte, cumpridos são os recibos que se encontram anexados nos inventários. Acreditamos que os pedidos de missas eram atendidos, pois encontramos muitos documentos comprovando este tipo de prática. O seguinte recibo encontrado no inventário de João Pinto de Souza ilustra esse tipo de prática:

Vidal Joze do Valle Vigario confirmado na Parochia de Nossa Senhora do Pilar de Villa Rica do Oiro Preto certifico, que nesta Freguezia falleceo da vida presente o Capitão João Pinto de Souza, sendo seo corpo por mim encomendado; e acompanhado por mais vinte oito reverendos sacerdotes; e pellas Irmandades do Santissimo Sacramento, Senhora do Pillar, Senhor dos Passos, Santo Antonio, Almas; Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco: dicerão-se trinta missas de corpo presente por sua alma assim de huma que eu dice; assim mais se dicerão trezentas e treze e nos dias sucessivos depois do seo fallecimenno. Seo corpo foi envolto em habito de São Francisco, e conduzido em hu caixão para a Igreja Matriz onde foi sepultado em cova do Sacramento. Importou do funeral em duzentas e trinta e cinco oitavas e meya de oiro constantes da conta e o diante que se receberão por mão de seo testamenteiro o Tenente Coronel Joze Pinto Madureira, passo o referido verdade [...]. V. R. 15 de 8bro de 1803.

Vidal Joze do Valle²⁴

²² Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 47 Auto 567; 1º Ofício. Vila Rica, 1781, p. 5 verso e 6), grifo nosso.

²³ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 460 auto 9753. 1º Ofício. Vila Rica, 1762.

²⁴ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 319 Auto 6794; 1º Ofício. Vila Rica, 1804, p.7.

O vigário Vidal José do Valle, responsável por encomendar a alma do capitão João de Souza Pinto, foi provedor da Irmandade do S.S. no ano de 1791.

A preocupação com o cumprimento das atividades espirituais também pode ser percebida a partir de alguns objetos encontrados nos inventários, como imagens e oratórios. Analisando diversos trabalhos²⁵ que tratam do “recheio” das casas coloniais, vimos que os objetos religiosos, em especial os oratórios, eram bastante comuns, podendo ser encontrados tanto nas casas dos mais abastados como nas dos segmentos mais baixos da sociedade. Entretanto, esses objetos variavam na sua forma, tamanho e valor. No entanto, dentre os documentos por nós examinados, encontramos o registro de oratórios em apenas um dos inventários, citado no item “Imagens”:

Hum oratório de madeira, huma imagem de um sancto Cristo e três imagens de madeira, huma imagem de Nossa Senhora do Monte Carmo, avaliado em 7\$200 réis; e, outro dito oratório de madeira branca, com huma imagem de Cristo, e outra de Sancta Rita e outra de Sam Francisco pequena, avaliado em 1\$500 réis²⁶.

Acreditamos que os objetos religiosos podiam, sim, ser encontrados em boa parte dos lares coloniais, mas que os objetos mais sofisticados e valiosos estavam presentes apenas em lares dos mais abastados. Segundo Leila Mezan Algranti²⁷, os rosários, os crucifixos e os santinhos encontram-se sempre presentes nos inventários de homens e mulheres devotos que decoravam seus aposentos valendo-se de retábulos, nichos com imagens e oratórios de todos os tipos e tamanhos, muitas vezes ricamente adornados, não dispensando os vasos de flores em homenagem aos santos de devoção. Todo esse material religioso está relacionado ao costume doméstico de se fazerem as orações diárias em casa, cumprindo-se os rituais e até as horas canônicas.

Não tão difundido como os oratórios e as imagens era o mobiliário até meados do século XIX. O mobiliário e os utensílios domésticos, de acordo com Algranti, restringiam-se ao indispensável para abrigo,

²⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e Vida Doméstica”. In: MELLO E SOUZA, Laura de. *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; MOTA, Antonio da Silva. Cotidiano e Cultura Material nos Século XVIII – XIX”. *Ciências Humanas em Revista*. São Luís, v. 5, número especial, junho 2007; VASCONCELOS E SOUZA, Gonçalo de. Ouro, prata e outra riquezas setecentistas numa herança da Baía (Brasil). *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Patrimônio*, Porto, I Série, v. 3, 2004, p. 293-316.

²⁶ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 45 Auto 499; 2º Ofício. Vila Rica, 1795.

²⁷ ALGRANTI, Leila Meza. *Op. cit*, 1997, p.130.

repouso, alimentação e trabalho. Não eram exatamente esses apetrechos que distinguiam ricos e pobres, livres e escravos, mas a fartura da mesa, o número de cativos, as joias e o vestuário, o trabalho manual, o status proporcionado pelos cargos públicos e, com o passar do tempo, as propriedades e os animais. As casas eram, no geral, pouco providas²⁸.

No que se refere ao mobiliário, os documentos analisados apresentaram uma certa regularidade. A mobília era pouca e, na maior parte dos inventários, foi possível encontrar menção a caixas, baús e canastras, alguns com fechaduras, pois era comum guardar roupas e papéis neles, às vezes colocados sobre os estrados, acima do chão, para se prevenirem a umidade e o ataque dos roedores. O inventário de Domingos Antônio Gonçalves, zelador da bacia do Caquende em 1763 e 1766 e procurador da Irmandade em 1772, tinha relacionados, entre os utensílios domésticos, os seguintes objetos

[um objeto de ouro lavrado no valor de] 55\$300; Item em prata velha [...]copinhos de pescoço tudo de cento e oitenta sete oitavas de prata a saber cada hum a cem reis, todos na quantia 18\$700; Item duas cestas a pouco mais de palmo de cobre vista e avaliada na quantia de \$750; Item hum de [?] de cobre pequena vista e avaliada pelos ditos avaliadores na quantia de \$450; Item hum copo de cobre \$300; Item hum tacho de Cobre 4\$950; Item hum tacho de cobre mais pequeno 1\$800; Item um cordeyro [seria um objeto religioso, "o cordeiro de Deus"] de latão \$360; Item huma clavina [carabina] quebrada 1\$500; Item huma bengalla muito velha 1\$800²⁹

Entretanto, alguns inventários nos surpreenderam por escapar ao que era comum com relação ao "recheio" das casas. Este é o caso do inventário do capitão-mor Antonio Ramos dos Reis, que possuía, ao que tudo indica, além de outros imóveis, duas residências, uma no Rio de Janeiro e outra em Minas Gerais. No que toca aos utensílios domésticos, o capitão-mor deixou registrado em seu testamento o seguinte:

Dentro das casas donde moro tenho vários trastes para composição delas e para me servir como são catres, bofetes, mesas, arcas, baús, cadeiras, cortinados, vestidos e roupas brancas e tenho as peças de prata seguinte – um [?] com seu cabo já usado = um saleiro de cinco peças grande, um tabuleiro de palmo e meio de comprido e meia de cargo lavrado, seis pratos comuns pequenos, duas salvas uma lavrada grande e outra lisa mais pequena, dois copos lisos só em cima em roda [?] e no fim tem seu lavor [?] que levam mais de quartilho dois frasquinhos de prata com oito oitavadas e suas coberturas lavradas = um prato e um gomil grande o prato lavrado em roda duas bandejas grandes lavradas e uma lisa = uma bacia de fazer barba

²⁸ ALGRANTI, Leila Meza. *Op. cit.*, 1997, p.153.

²⁹ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 34 Auto 429; 1º Ofício. Vila Rica, 1793, p. 3 verso.

lisa seis colheres e seis garfos com duas galletas quatro castiçais de mesa pequenos dois deles lisos e dois lavrado [...]

No Rio de Janeiro uma bacia de prata com seu gomil liso e um faqueiro com sua caixa onde estão doze colheres doze garfos doze facas de prata e dois copos de beber água grandes de prata com um jogo de xícaras e colherzinhas de prata para tomar chá e uma medalha do Hábito de Cristo de ouro e alguns vestidos³⁰.

O testamento de Antônio Ramos dos Reis pode ser considerado uma exceção para a época, pois, além de encontrarmos nele uma grande quantidade de utensílios domésticos, temos também a presença de utensílios pouco difundidos na Colônia, como os talheres.

As joias, por sua vez, constituíam artigos supérfluos e de luxo, inclusive na documentação analisada neste trabalho. Elas estão presentes em apenas dois inventários, num deles penhoradas. No inventário de Costodio Dias, no item “Descrição de bens”, há o sub-item “Ouro”, em que estão relacionadas joias:

Item hua cruz de ouro, com a Imagem de hum santo Christo, e seu cordão tãobem de ouro que tudo pesa vinte oitavas de ouro [...]28\$700; Item um caixilho de breve de marca de ouro com um cordão grosso tãobem de ouro que pesa vinte e oito oitavas [...]39\$900; Item hua crux de ouro de filigrama que pesa quatro oitavas [...]5\$600; Item hum cordão de ouro que pesa cinco oitavas e quatro vinténs [...]7\$175; Item outro cordão de ouro tãobem fino que pesa cinco oitavas [...]7\$000; Item outro cordão de ouro tão bem fino peza quatorze oitavas [...]12\$600; Item outro cordão de ouro tãobem fino que peza quinze oitavas três quartos e quatro vinténs [...]22\$225; Item outro cordão de ouro tãobem fino que peza sete oitavas [...]10\$500; Item outro cordão de ouro fino que peza nove oitavas [...]13\$300; Item outro cordão de ouro tão bem fino digo de ouro, mais grosso que peza onze oitavas e hum quarto [...]15\$750; Item dois fios de ouro do pescoço que peza duas oitavas e hum quarto [...]3\$150; Item hum cruxifixo de ouro com [?] de cordão e do mesmo que peza quatro digo três oitavas três quartos e quatro vinténs [...]5\$425; [...]31

Podemos perceber a presença de itens religiosos como crucifixos e imagens de santos. Todos os itens somam 317\$075 réis, para termos uma base de comparação e compreendermos o que significa este valor, vale mencionar que no próprio inventário de Costodio Dias o valor mais alto alcançado por um escravo homem, com aproximadamente 26 anos de idade, é 180\$000 réis. Ou seja, tem-se quase o valor de dois escravos em joias. Seguindo este raciocínio, as joias, ademais de conferirem visibilidade social, também podem indicar a posição econômica.

Vimos que as casas coloniais em Minas Gerais, bem como em outras partes da Colônia, durante o século XVIII, não eram muito

³⁰ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 460 Auto 9753. Vila Rica, 1761.

³¹ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice06 Auto 64; 2º Ofício. Vila Rica, 1795, p. 2 verso.

providas de mobiliário e utensílios domésticos, como os utilizados nas cozinhas. Podemos perceber essa precariedade a partir dos documentos analisados, pois era comum deixar esses objetos como legados em inventários e testamentos; em geral, eles possuíam valor mesmo quando quebrados, rachados etc. As casas tendiam a ser precárias como os seus “recheios”. Os espaços das casas eram aproveitados de diferentes maneiras, o mesmo cômodo servia tanto para dormir como para trabalhar; muitas vezes, no mesmo espaço restrito, conviviam senhores e escravos. As construções urbanas eram, geralmente, casas de tamanho mais reduzido, de apenas um andar, nas quais predominavam os materiais disponíveis na região, como barro, madeira ou pedras. Os sobrados e as vivendas, ocupados pelos membros da elite, surgiram mais tarde em consequência da diversificação da economia e do crescimento urbano³².

Os inventários e testamentos consultados revelam uma média de três imóveis por testador, salvo em algumas exceções que veremos mais adiante. Aqui, para facilitar a compreensão, chamaremos de imóveis os bens de raizem geral, pois eles não possuíam essa terminologia nos inventários; normalmente, eram divididos em “casas de morada”, tanques, regos, etc.

Vejamos, pois, alguns proprietários de imóveis de Vila Rica. Domingos Antonio Gonçalves possuía duas moradas de casas:

Item huma dita morada de cazas terras cobertas de telha com seu quintal respectivo cercado na mesma rua do Rozario que partem com casas do mesmo testador de hum e outro lado 120\$000; Tem outra dita morada de caza térrea coberta de telha com seu quintal [?] na rua do Rozario que partem por hum lado cazas do mesmo testador que declaro Nossa Senhora do Rozario do outro lado em caza do mesmo testador com todos os seus pertences e logradouros (...) 100\$000³³.

O caso de Frutuozo Vaz de Serqueira segue a mesma linha: dois ou três imóveis registrados em seu testamento, com breve descrição dos mesmos:

Huma morada de cazas de *dois sobrados* de frente do [?] Bom fim no ouro preto que parte com largo que forão do Sargento Mor João de Figueira, com outro do Padre Pantalião da Silva Ramos, sem quintal, e forão vistos e avaliados pello louvados na quantia de oitenta mil reis 80\$000; Huma dita morada, que parte com caza do Tenente Coronel Gregório de Matos Lobo, em que mora Paulo Pereira de Magalhaens e pello outro lado com a mesma herança forão vistos e avaliados noventa mil e seis centos reis 90\$600; Huma outra dita que [...] que vai para a Rua do vigário com quintal e agoa dentro

³² ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. cit.*, 1997, p. 90.

³³ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 35 Auto 429; 1º Ofício. Vila Rica, 1793, p. 5 verso.

e todas as mais seus pertences forão vistos e avaliados em cento e dez mil reis 110\$000³⁴.

Neste caso, faz-se menção a dois sobrados, que, de acordo com Leila Mezan Algranti, possibilitavam a separação da vida doméstica das atividades comerciais, pois o fato da loja, ou escritório, ser instalada no primeiro pavimento evitava que os estranhos se introduzissem nos espaços de convívio da família. Tais cômodos tinham função semelhante ao de alpendres e varandas das casas de sítio ou casas térreas. No segundo andar, instalavam-se a sala e os quartos, de tamanhos geralmente reduzidos; e, no último, a cozinha³⁵.

Os imóveis possibilitam também especular sobre a atividade do proprietário, como no caso de Antonio Ramos dos Reis, que menciona sua lavra “chamada comumente de Morro do Ramos de corgo a corgo onde tenho serviço de talho aberto e várias minas com muitos mundéos e grades de recolher águas com seus regos e vertentes”³⁶. Reis atuava na extração aurífera, assim como Manoel Rodrigues de Almeida³⁷, que possuía três tanques, o primeiro valendo 800\$000, o segundo, 700\$000, e o terceiro, 600\$000. Os tanques eram uma espécie de reservatório das águas que vinham dos córregos, fundamentais para a extração do ouro.

Mais uma pista de quem eram os irmãos do Santíssimo Sacramento são as ferramentas de trabalho listadas na documentação. O inventário de Manoel Rodrigues faz menção a “huma grade já velha de minerar”; o testamento de Antonio Ramos dos Reis diz haver “muitas ferramentas de cobs para a dita lavra”. Essas ferramentas eram normalmente utilizadas por escravos na faina diária. Vimos anteriormente que certos utensílios domésticos e de mobília não eram muito difundidos na Colônia, estando, via de regra, presentes apenas nos lares mais abastados. Isto não acontecia com a posse de escravos, pois havia uma grande demanda por eles em diferentes camadas sociais. Independentemente do preço, a compra de escravos consistia num bom investimento, além de contribuir para a almejada distinção social. Desse modo, a propriedade de escravos no Brasil distribuía-se largamente entre a população livre, constituindo-se na base econômica da sociedade como um todo e numa forma de investimento bastante comum³⁸.

³⁴ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 47 Auto 567; 1º Ofício. Vila Rica, 1781, p.3.

³⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. Cit.*, 1997, p. 101.

³⁶ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 460 Auto 9753. Vila Rica, 1761.

³⁷ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 45 Auto 499; 2º Ofício. Vila Rica, 1795.

³⁸ Ver: VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira, posse de

A estrutura da posse de escravos entre os oficiais da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Ouro Preto, depreendida a partir da análise de 16 documentos, entre inventários e testamentos, indica um total de aproximadamente 232 cativos, distribuídos entre 16 proprietários. Desses 16 proprietários, em três casos não encontramos nenhuma referência sobre posse de escravos: alguns documentos estavam bastante danificados, o que dificultou sobremaneira a leitura, e outros simplesmente não possuíam informações sobre cativos. Os cativos estavam distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1: Estrutura da posse de escravos entre os Oficiais da Mesa do Santíssimo Sacramento

	Até 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	30 +	S/ inform.
Proprietários	3	4	4	1	1	1	3
Escravos	8	26	50	19	29	100	0

Fonte: OLIVEIRA, 2010, p. 92

A partir do Quadro 1, podemos perceber que os plantéis mais numerosos estavam concentrados nas mãos de apenas três proprietários. O capitão-mor Antonio Ramos dos Reis³⁹ declara, em seu testamento, ter mais de 100 escravos, entre homens e mulheres, não especificando idade, valores e a nação da qual provinham. Outro dono de um grande plantel de escravos, não tão numeroso como o anterior, era o capitão Manoel Rodrigues de Almeida⁴⁰, que possuía 29 cativos, dentre eles 23 crioulos e 6 minas. Costódio Dias⁴¹ detinha 19 escravos, dentre eles 2 cabras, 8 minas, 3 nagôs, 1 banto, 2 mulatos, 2 crioulas e 1 sem informação. Com relação à unidade produtiva da qual estes escravos faziam parte, temos informações de que Antonio Ramos dos Reis e Manoel Rodrigues de Almeida eram proprietários de lavras; desse modo, acreditamos que boa parte de seus escravos eram empregados na extração aurífera.

escravos e a estrutura da riqueza no Agreste e no Sertão de Pernambuco: 1777-1808. *Estudos Econômicos*, São Paulo, n. 33, v. 2, abril/jun. de 2003, p. 353-393. MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer, preço e estrutura da posse de escravos no termo de Vila do Carmo (Minas Gerais), 1713 - 1756. *Almanack Braziliense*, 2007, n. 6, p. 54-70.; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues, população e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720; OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII.

³⁹ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 460 Auto 9753. Vila Rica, 1761.

⁴⁰ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 45 Auto 499; 2º Ofício. Vila Rica, 1795.

⁴¹ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 06 Auto 64; 2º Ofício. Vila Rica, 1765.

Os mais comuns eram os plantéis de 6 a 10 escravos e os de 11 a 15. No primeiro caso, Antonio Ferreira da Silva⁴² era senhor de seis escravos (1 cabra, 2 crioulas, 2 mulatas, 1 mina). O guarda-mor Alexandre da Cunha Matos⁴³ possuía 7 cativos (5 crioulos, 1 benguela e 1 quissama), que certamente trabalhavam em sua fazenda, na freguesia do Ouro Branco. O comerciante Antonio Rodrigues Braga⁴⁴ tinha, igualmente, 7 escravos (3 angola, 1 crioulo, 1 mina e 2 sem identificação), entretanto, não nos foi possível saber se eles atuavam na própria venda. O também comerciante Manoel Gonçalves Barboza⁴⁵, como sugere o item “Móveis da venda” do inventário, era dono de seis cativos (1 angola, 3 minas, 2 crioulos).

Em relação aos plantéis de 11 a 15 escravos encontrados na documentação, referentes a quatro proprietários, não nos foi possível identificar em que unidade produtiva estavam empregados. Em apenas uma situação podemos fazer algum tipo de conjectura: Bento Rodrigues da Rocha, que possuía 11 escravos, 7 homens e 4 mulheres, declarou ter

hua morada de cazas de sobrado [...] de frente do Rozario e os mais outras terras pequenas [...] mais quarenta cabeças de gado vacuum entre pequenos e grandes aqui huas vacas e na freguezia do Ouro Branco as outras em caza do Tenente Manoel Pereira e assim mais onze escravos a saber sete machos e quatro femeas e assim mais todos os bens moveis que se acham⁴⁶.

Desse modo, podemos pensar que os escravos trabalhassem na criação de gado que possuía seu senhor. Os demais proprietários com perfil semelhante não deixaram pistas sobre a atividade que desempenhavam ou sobre sua fonte de renda – como Francisco Carvalho Carneiro⁴⁷, dono de 14 escravos (4 mina, 1 congo, 7 crioulos, 2 cabra), e João Pinto Bastos⁴⁸, dono de 13 cativos. Por último, temos Bernardo de Araújo Franco⁴⁹, que, como mencionado anteriormente, tinha casas de aluguel.

⁴² Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 300 Auto 6476; 1º Ofício. Vila Rica 1782.

⁴³ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 56 Auto 638; 2º Ofício. Vila Rica, 1830.

⁴⁴ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 60 Auto 678; 2º Ofício. Vila Rica 1799.

⁴⁵ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 49 Auto 537; 2º Ofício. Vila Rica, 1806.

⁴⁶ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 9 Auto 969; 2º Ofício. Vila Rica, 1771, p.11.

⁴⁷ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 141 Auto 1772; 1º Ofício. Vila Rica, 1785.

⁴⁸ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 81 Auto 999; 1º Ofício. Vila Rica, 1810.

⁴⁹ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 9 Auto 91; 2º Ofício. Vila Rica, 1778.

Entretanto, não sabemos se esta era sua principal fonte de renda; além das casas, Franco detinha 12 escravos cujas atividades não identificamos. Os menores plantéis foram os de Frutuoso Vaz de Serqueira⁵⁰, com 4 escravos (2 mina, 1 crioulo e outro sem informação), e de Antonio Afonso⁵¹, também, com 4 cativos (3 Benguela e 1 Congo).

A estrutura da posse de escravos entre os oficiais da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento revelou-se semelhante à de médios proprietários da região, com plantéis que iam de 6 a 15 escravos. Em boa parte da documentação, não nos foi possível identificar a atividade econômica desenvolvida por cada um dos irmãos; porém, alguns documentos sugerem pistas. Embora saibamos que a posse de escravos, principalmente de muitos escravos, pode ser indício da riqueza de um indivíduo, os números computados levam-nos a duas conclusões. A primeira é a de que, talvez, os oficiais do Santíssimo Sacramento, por mais que fizessem parte da elite política e social, economicamente não estivessem muitos degraus acima das camadas médias. A segunda é que, embora o perfil da posse de escravos por parte dos oficiais do Santíssimo Sacramento nos leve a crer que esses homens não eram tão ricos como imaginávamos, há de se ter em mente, primeiramente, que a feitura de inventário já configura certa quantidade de posses a ser registrada. Os bens do inventariado não eram insignificantes e não se resumiam a escravos.

Outro item bastante comum nos inventários e testamentos a merecer uma análise pormenorizada são as dívidas. Endividar-se era prática comum na região, pois, na falta de uma moeda circulante, as transações econômicas eram feitas a prazo.

De acordo com Raphael Freitas dos Santos, na dissertação “*Devo que pagarei*”: sociedade, mercado e práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas – 1713-1773, uma característica marcante de todo o período colonial brasileiro foi a precária circulação monetária. Nas Minas setecentistas, o mercado não deixou de surgir e de se desenvolver por conta dos problemas de circulação, mas encontrou nas transações econômicas feitas a prazo um meio de burlar essa carência de numerário⁵². Freitas percebeu ao longo de sua pesquisa que o ouro em pó era a principal

⁵⁰ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 47 Auto 567; 1º Ofício. Vila Rica, 1786.

⁵¹ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 18 Auto 174; 1º Ofício. Vila Rica, 1782.

⁵² SANTOS, Raphael Freitas. “*Devo que pagarei*”: sociedade, mercado e práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas – 1713-1733. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, 2005, p. 42.

moeda utilizada nas Minas, mas este oferecia muitas limitações, como a fraude no seu peso quando se misturava ao ouro outro metal em pó menos valioso, ou o fato de o próprio pó de ouro ir se perdendo a cada transação. Desse modo, o ouro em pó, por mais que fosse a moeda comumente utilizada, implicava algumas perdas.

Tendo em vista as dificuldades com relação ao manuseio do ouro em pó e à falta de numerário, as atividades econômicas feitas com pagamentos a prazo foi a saída para o desenvolvimento da economia. No caso dos inventários, a sua abertura indicava um acerto das contas feitas em vida pelo defunto; assim sendo, o inventariante cobrava aos devedores e pagava aos credores. As dívidas eram de todo tipo, desde o pagamento com os gastos do funeral até pagamento de empréstimos.

Em alguns inventários, temos registros de dívidas dos irmãos com as irmandades às quais eram filiados, tanto no que se refere ao pagamento para o assento no livro de irmãos quanto ao de anuais. Mostraremos alguns exemplos dessas pendências, como o de Francisco Carvalho Carneiro:

Diz o Cap.m Ignacio Gomes Pinna como Pr.or [Procurador] actual da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos fallecendo da vida presente Francisco Carvalho ficou devendo nesta nossa Irmandade annoaes e mezadas vinte quatro oitavas de ouro e quer ser pago este por seu ttrº Domingos Carvalho [1783]⁵³

Ou seja, todo o tipo de transação que envolvesse meios circulantes era feita a prazo, e o acerto de contas era comumente realizado por meio dos inventários, onde se achava a relação das dívidas e dos créditos do defunto. No caso acima, temos a cobrança dos anuais não pagos por Francisco Carvalho Carneiro à Irmandade de Bom Jesus dos Passos. No exemplo a seguir, encontramos o recibo do pagamento feito à Irmandade do Santíssimo Sacramento pelo inventariante de João Pinto de Souza:

A folha 252 do Livro de Receita e despeza e Conta Corrente serve na Irmandade do Santíssimo Sacramento desta Freguesia de Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto fiz carga ao Escrivão actual Capitão Jozé da Silva Amorim da quantia de vinte e huma oitava de ouro, Que recebeu do Tenente Coronel Jozé Pinto Madureira na qualidade de ttrº do fallecido João Pinto de Souza, que tanto ficou restando a referida Irmandade do Santissimo Sacramento de seos annuaes, mezadas, e mais empregos, que occupou em quantia foi Irmão e consta do Livro das Certidões de Missas a folha 25 estar sufragado com quarenta Missas, segundo o costume, e for a dita irmandade comprido com os os deveres como de

⁵³ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 141 auto 1772; 1º Ofício. Vila Rica 1772, p.21.

determina seo compromisso. He todo o referido a verdade aos quaes me reporto eu mesmo recebi a referida quantia assignou comigo Escrivão. Vila Rica 27 de Mayo de 1806.

Joze da Silva Amorim
Thesoureiro
Manoel Abreu Lobato
Escrivão⁵⁴.

Dessa forma, as irmandades também se enquadravam no sistema de pagamentos a prazo, não só no que se referia a empréstimos, mas também com relação aos “serviços prestados”. Costódio Dias, além de 74 oitavas de ouro ao Santíssimo Sacramento, devia também 31 oitavas à Irmandade do Senhor dos Passos de Vila Rica⁵⁵. Não há nos documentos informações sobre a que se referiam tais dívidas.

Conhecendo algo da dinâmica econômica do Setecentos mineiro, podemos partir para a análise da documentação sobre os oficiais da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento no que concerne ao crédito. A dinâmica das relações creditícias pode ser observada com clareza na parte do inventário de Manoel Rodrigues de Almeida referente às dívidas contraídas pela compra de produtos, por serviços prestados e por empréstimos propriamente ditos. Como o inventário era um momento em que se faziam os acertos de conta, quase todas essas dívidas foram cobradas e pagas pelo inventariante, o capitão Francisco Dias Novais, genro do defunto. Foram contabilizados 77 recibos⁵⁶ referentes ao pagamento de dívidas.

A própria abertura do inventário implicava dívida: encontramos o pagamento de 10 oitavas feito pelo capitão Novais a Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, em 9 de novembro de 1797, por auxiliar e aconselhar os herdeiros acerca do inventário⁵⁷. Um exemplo bem interessante de como os inventários constituíam o momento de acerto de contas é a solvência de uma dívida paga e recebida por herdeiros. Aqui, o capitão Novais paga à herdeira de Antonio da Costa Guimarães, Ignacia Maria de S. Payo, 3 oitavas de ouro, em 3 de maio de 1794; na ocasião do pagamento da dívida, o capitão Manoel Rodrigues de Almeida e Antônio da Costa Guimarães já haviam falecido.

⁵⁴ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 319 Auto 6794; 1º Ofício. Vila Rica, 1804, p.18.

⁵⁵ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 06 Auto 64; 2º Ofício. Vila Rica, 1765, p.8.

⁵⁶ Nas páginas do inventário em que se registra o pagamento de alguma dívida, chamaremos aqui de “recibos”.

⁵⁷ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 45 Auto 499; 2º Ofício. Vila Rica, 1795.

Além desses dois exemplos bastante ilustrativos, temos amostras de dívidas referentes a compras de produtos utilizados e a serviços prestados no dia a dia. É o caso da compra de remédios feita na botica do tenente Joaquim Coelho Pereira, no valor de cinco oitavas e um quarto⁵⁸; e dos serviços prestados por Antonio José da Costa pelo “conserto das cazas do beco do chafariz”, no valor de 12 oitavas de ouro⁵⁹. Dentre tantos outros exemplos, citaremos aqui apenas mais dois com o mesmo teor. O primeiro é o pagamento de 18 oitavas de ouro feito pelo capitão Francisco Dias Novais pela cera e fazenda vendidas por José Ferreira da Silva para o funeral de dona Maria Ribeiro, esposa do inventariado Manoel Rodrigues de Almeida⁶⁰. O segundo são os três pagamentos feitos ao padre José Francisco Ferreira Noronha, dois no mês abril de 1795 (um no valor de 2 oitavas e o outro no de 6 oitavas) e o último em dezembro de 1795 (no valor de 2 oitavas e 15 vinténs de ouro); todos pagos pelo inventariante capitão Francisco Dias Novais⁶¹.

A partir das dívidas aqui enumeradas e das muitas outras que não nos foi possível mostrar pela grande quantidade, vemos que o capitão Manoel Rodrigues de Almeida faleceu com muitos débitos pendentes. Entretanto, eles foram saldados após sua morte, restando ainda para a herdeira 173\$262 ½⁶². Este documento, dentre todos os analisados, foi aquele em que encontramos o maior número de dívidas passivas. Cabe lembrar aqui que Manuel R. Almeida, segundo a documentação analisada, era um dos maiores proprietários de escravos, com 29 cativos, e possuía lavras.

Um caso oposto é o de Frutuozo Vaz de Siqueira, que, conforme o mencionado acima, era solteiro, não tinha herdeiros e possuía apenas quatro cativos. Entretanto, analisando as dívidas presentes em seu inventário, podemos aventar a hipótese de que desenvolvesse alguma atividade relacionada ao sistema de crédito, pois as dívidas encontradas em seu inventário eram todas ativas. Assim como Frutuozo Vaz de Serqueira, Bernardo de Araújo Franco também era solteiro e não tinha herdeiros forçados; legou os bens ao irmão Miguel de Araújo Franco,

⁵⁸ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 45 Auto 499; 2º Ofício. Vila Rica, 1795.

⁵⁹ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 45 Auto 499; 2º Ofício. Vila Rica, 1795, p.45.

⁶⁰ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 45 Auto 499; 2º Ofício. Vila Rica, 1795, p.149.

⁶¹ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 45 Auto 499; 2º Ofício. Vila Rica, 1795, p.167 e 169.

⁶² Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 45 Auto 499; 2º Ofício. Vila Rica, 1795, p. 196 verso.

residente no Reino. O monte-mor de seu inventário era de 6:899\$695 réis, e o alcance líquido, 293\$836 réis⁶³.

Ou seja, as dívidas eram comuns entre a população de Vila Rica no século XVIII; portanto, tendo isto em vista, é sempre importante aferir da documentação se estas são saldadas e se, depois de saldadas, ainda restam bens para os herdeiros. Na documentação analisada, em que foi possível verificar esses dados, todos os herdeiros receberam parte das fortunas dos defuntos. No inventário de Antonio Ferreira da Silva, em que o monte-mor alcançava 11:330\$768 réis, feito o acerto de contas comum a todos os inventários na época, sobrou como legado para cada um dos quatro herdeiros 1:803\$347 réis⁶⁴.

Antonio Rodrigues Braga teve como filho Thomaz Rodrigues Braga, “de qualidade pardo por ser filho de huma minha escrava por nome Anna de nasção Benguella”. Thomaz e o curador Bonifacio Joze Teixeira foram protagonistas de um litígio em que o primeiro acusou o último de não repassar-lhe a herança e usá-la em benefício próprio. No inventário de Antonio Rodrigues, o valor dos bens alcança 3:901\$813 ½; após o abatimento das dívidas, restam como legado líquido para o herdeiro 100\$916 réis, e para o curador do menor, 50\$457 réis⁶⁵.

Dentre as dívidas de Antonio Rodrigues Braga, encontramos alguns bens penhorados. No item “Penhores” do inventário, encontramos “uma cruz com a imagem de Christo de oiro 3\$000; Item hum crucifixo de oiro 6\$750”. Como se viu, a penhora de joias era bastante comum na época⁶⁶.

O empenho de joias era geralmente utilizado como maneira de conseguir dinheiro emprestado, por meio dessa prática creditícia, semelhante ao empréstimo, adiantava-se dinheiro em espécie e exigiam-se garantias para que o devedor saldasse sua dívida. Essas joias se transformaram na garantia. No entanto, o valor dos empréstimos concedidos sob penhores era, normalmente, menor do que aqueles observados para os empréstimos monetários. Desse modo, de acordo com Raphael S. Freitas, quando uma pessoa necessitava de moeda, provavelmente seu objetivo, ao pedir um empréstimo ou empenhar

⁶³ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 09 Auto 91; 2º Ofício. Vila Rica, 1778, p. 120 e 122.

⁶⁴ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 300 Auto 6476; 1º Ofício. Vila Rica, 1782, p. 15.

⁶⁵ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 60 Auto 678; 2º Ofício. Vila Rica, 1799, p.155.

⁶⁶ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 09 Auto 91; 2º Ofício. Vila Rica, 1778, p. 9.

alguma joia, não era utilizar o dinheiro para satisfazer seu consumo imediato. Ao que tudo indica, quem recorria aos empréstimos e empenhos tinha por objetivo investir em atividades produtivas (uma vez que alguns comerciantes atacadistas exigiam pagamento em numerário) ou saldar alguma dívida anterior⁶⁷. No caso acima, acreditamos que Manoel Gonçalves Barboza conjugava a atividade mineradora com a agropecuária; é o que podemos perceber através da descrição das ferramentas e das dependências de seu terreno, como moinhos e pastos. Como ocorreu no caso de outros oficiais do Santíssimo Sacramento, a fortuna amealhada por Barboza ao longo da vida foi suficiente para pagar as dívidas, além de deixar legados para os herdeiros: 83\$737 réis⁶⁸ para cada um dos oito filhos.

O crédito era bastante comum em Minas devido à falta de suficiente moeda circulante; o numerário na região, assim como em outras partes da Colônia, era muito baixo, e por isso o sistema de crédito se desenvolveu juntamente com a economia. Os pagamentos na região mineradora eram feitos geralmente com ouro em pó; dessa forma, o ouro em pó esteve presente em boa parte da documentação analisada, diferentemente do ouro em barra, que, ao ser fundido, era taxado. Assim sendo, encontramos referência sobre o ouro em barra em apenas dois documentos. No inventário de Antonio Rodrigues Braga⁶⁹, as barras alcançavam 176\$014 réis. No de Domingos Antonio Gonçalves⁷⁰, elas chegavam à considerável quantia de 3:127\$670 réis – além das dívidas ativas, que, todas juntas, somavam 294\$312 réis. O fato de Gonçalves não possuir ferramentas ou escravos leva-nos a conjecturar sobre seu envolvimento com atividades ligadas ao sistema de crédito.

Analisando a documentação caso a caso, podemos perceber que, apesar de algumas heranças deixadas pelos defuntos não alcançarem altos valores, sempre restava algo para os herdeiros após os acertos de contas e dívidas contraídas em vida, os gastos com funeral e a abertura de inventário. Tendo isso em vista, acreditamos poder concluir que os oficiais do Santíssimo Sacramento, embora não fossem os homens mais abastados da região – salvo alguns casos como o do capitão Antonio Ramos dos Reis –, podiam, sim, ser considerados parte da elite econômica da região.

⁶⁷ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. cit.*, 2005, p. 142.

⁶⁸ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 49 Auto 537; 2º Ofício. Vila Rica, 1806, p. 25.

⁶⁹ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 60 Auto 678; 2º Ofício. Vila Rica, 1799, p. 9.

⁷⁰ Museu da Inconfidência, Arquivo Casa do Pilar, Códice 35 Auto 429; 1º Ofício. Vila Rica, 1793, p. 2.

Conclusão

Os inventários e testamentos por nós analisados estão compreendidos entre 1761 e 1830, sendo que apenas dois documentos referem-se ao século XIX. Dessa forma, a maior parte de nossa documentação é da segunda metade do século XVIII, período em que a mineração entrava em declínio e a economia, segundo Carla Almeida, tomava novos rumos, deixando de ser primordialmente extrativa para se tornar agropastoril. A autora destacou que a maior parte das lavras encontrava-se na Comarca de Vila Rica, recorte espacial de nossa pesquisa; por isso, não é de se estranhar que boa parte dos inventariados estivessem envolvidos com a mineração, como indica o registro dos imóveis e de ferramentas de trabalho. Além disso, nossas fontes corroboram a visão de que havia, junto às lavras, plantações de subsistência e criação de animais.

Podemos afirmar que os oficiais do Santíssimo Sacramento faziam parte da elite regional, pois, primeiramente, compunham uma irmandade que tinha como prerrogativa agregar membros proeminentes exigindo como requisito de ingresso que o candidato fosse, em tese, homem branco e que pagasse altas somas para o assento no livro dos irmãos e como anuais. Em segundo lugar, pela participação dos irmãos em outras irmandades também proeminentes, como as ordens terceiras, e de alguns deles na Câmara Municipal. Certos fatores econômicos, que nos levam a corroborar a mesma hipótese, relacionam-se aos bens arrolados nos inventários e descritos nos testamentos: utensílios domésticos, joias, escravos, imóveis, barras de ouro etc. Ademais, os irmãos defuntos deixaram legados para seus herdeiros. Além dos bens e das quantias em dinheiro amealhadas em vida, as dívidas fizeram parte do cotidiano da população dessa região, porém, os bens eram suficientes para pagar as dívidas e, no geral, remunerar os herdeiros, mesmo que não houvesse herdeiros forçados.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento agregava em seu seio não apenas indivíduos abastados, com fortunas exorbitantes, mas também membros de uma elite que não estavam muito distantes das camadas médias urbanas, ou seja, eram homens ricos, mas não na sua totalidade, por isso, entendemos a Irmandade como uma instituição capaz de conferir distinção social, pois, de acordo com os preceitos estamentais do Antigo Regime, não só o status econômico era suficiente para dar destaque social ao indivíduo; nesse sentido, a ocupação e a participação em algumas instituições constituíram itens que separavam alguns indivíduos dos demais. Assim, a participação em certas instituições, como a Câmara Municipal, e, no nosso caso, na Irmandade do Santíssimo

Sacramento, constituía um meio para a visibilidade social. Em outras palavras, a Irmandade era um meio que contribuía para que o indivíduo se distinguisse socialmente.

Ademais, podemos perceber, através da análise pormenorizada de todos os itens dos inventários e testamentos, que as posses dos membros da Irmandade eram discrepantes no valor e na composição. Acreditamos que, para o indivíduo de menores posses, a participação em instituições como a Irmandade do Santíssimo Sacramento, tida como confraria de elite, era fundamental para o reconhecimento da condição social e para a inserção num espaço em que redes de influência se estabeleciam por meio de laços de amizade, casamentos, negócios etc.

Recebido em: 5 de agosto de 2014
Aprovado em: 9 de outubro de 2014